



A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A EDUCAÇÃO: SINÔNIMO DE DESIGUALDADE SOCIAL OU CAMINHO PARA A REVOLUÇÃO?

Virginia Nascimento Barbosa da Rocha  0000-0003-1349-062x
Dr. Raimundo Santos de Castro  0000-0001-6762-836x
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

RESUMO: Neste artigo discute-se, em linhas gerais, a relação entre o processo de surgimento do homem – considerando-o, desta maneira, como ser histórico –, e o nascimento do trabalho e da educação. Traçamos sinteticamente o percurso histórico da educação dualista brasileira, relacionando o sistema capitalista e os processos de desigualdades sociais, fazendo inferências com a Política de Assistência Estudantil, que é o objeto da pesquisa intitulada Os desafios e as possibilidades da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central: relatos de vivência, e foi a partir dela e de pesquisas bibliográficas que teve origem este artigo. A referida pesquisa pretende investigar as ações desenvolvidas pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), mais precisamente o Benefício Permanente para estudantes do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico de Contabilidade no período de 2016 a 2018, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Por fim, traremos a discussão de autores que defendem uma educação integral e omnilateral como forma de superar o sistema capitalista e transformar a sociedade vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Educação; Exploração.

THE RELATIONSHIP BETWEEN WORK AND EDUCATION: SYNONYMOUS WITH SOCIAL INEQUALITY OR THE ROAD TO REVOLUTION?

ABSTRACT: This article discusses in general lines the relationship between the process of man's emergence, considering it, in this way, as being historical and the birth of work and education. We outline the historical path of Brazilian dualistic education, relating the capitalist system and the processes of social inequalities, making inferences with the policy of student assistance, which is the object of the research entitled: The challenges and Possibilities of Student Assistance at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí, Campus Teresina Central: accounts of experience, and it was from it and from bibliographical research that this article originated. The referred research intends to investigate the actions developed by the Student Assistance Policy (SAP), more precisely the permanent benefit for high school students integrated to the Technical Accounting Course in the period from 2016 to 2018, which is being developed in the Graduate Program in Professional and Technological Education ProfEPT, of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Maranhão - IFMA, Master in Professional and Technological Education. Lastly, we will bring the discussion of authors who defend an integral and omnilateral education as a way to overcome the capitalist system and transform the current society.

KEYWORDS: Work; Education; Exploration.

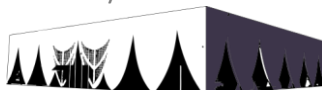


1 À GUIA DE INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo discutir, em linhas gerais, a relação entre o processo de surgimento do homem, enquanto ser historicamente constituído e em constate mudança, e, simultaneamente, o nascimento do trabalho e da educação, este enquanto ressignificação do princípio fundante daquele. Visando atender esse objetivo, pretende-se, de maneira bem resumida, discorrer acerca da constituição do homem enquanto sujeito de sua sobrevivência e subsistência que, dentre outras coisas, tem no trabalho e na relação que detêm de supremacia com os demais animais na terra, os meios e garantias de sua existência.

Além disto, busca-se traçar o percurso histórico da educação dualista brasileira, fazendo a relação entre o sistema capitalista e o processo de desigualdades sociais que acometem grande parcela da população brasileira e que faz com que esta dependa de políticas sociais como a Assistência Estudantil para a manutenção de necessidades básicas como, por exemplo, a educação. Por fim, dialogaremos com autores que defendem uma educação integral e *omnilateral* como o caminho a ser seguido em busca da superação da exploração do homem em uma sociedade capitalista, e a mudança da situação de marginalização e de exclusão social.

O artigo é parte das reflexões iniciais da pesquisa intitulada: “Os desafios e as possibilidades da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central: relatos de vivência”, desenvolvida pela primeira autora sob a orientação do segundo autor. A referida pesquisa pretende investigar as ações desenvolvidas pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), mais precisamente o Benefício Permanente para estudantes do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico de Contabilidade no período de 2016 a 2018, e que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.



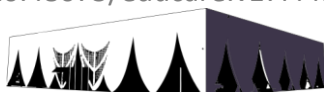
Acreditamos que os estudos decorrentes da elaboração deste texto possibilitarão a realização de profundo levantamento bibliográfico que servirá de elemento de apoio para as análises propostas na pesquisa supracitada. Isto é dito considerando que discutirá o processo de surgimento do homem, da educação e do trabalho e suas relações com o sistema capitalista de produção e, além disso, das distintas formas de exclusão social, que nos remontam para a discussão da Assistência Estudantil como mecanismo de garantia de acesso e permanência de estudantes nas escolas.

2 A RELAÇÃO HOMEM VS NATUREZA: O TRABALHO COMO PRINCÍPIO E FORMA DE SUBSISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARA A EDUCAÇÃO

O homem, assim como os demais seres vivos, precisa estar em constante relação com a natureza. Sem a interação com o meio natural, comum a todos os animais, não conseguiria os elementos essenciais para a sua sobrevivência e a reprodução como espécie. Nesse sentido, Segundo Marx:

O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural e como ser natural vivo, está por um lado munido de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem como possibilidades e capacidades, como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que sofre dependente e limitado. Mas esses objetos são objetos de seu carecimento, objetos essenciais e indispensáveis para a atuação e confirmação de suas forças essenciais (MARX, 2004, p. 127).

Dessa maneira, o homem, mesmo enquanto ser histórico, compartilharia com os animais e as plantas a esfera orgânica do ser, a dependência e a limitação de não ser autossuficiente, pois os objetos de suas pulsões existiriam fora dele, ou seja, na natureza. Portanto, o homem não é um simples animal que se adaptaria ao meio ambiente, segundo as leis da seleção natural. Mas, ao invés disso, munido de suas próprias forças naturais, é um ser ativo no qual essas

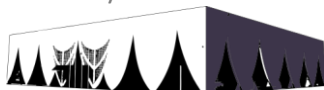


forças apresentar-se-iam como capacidades e possibilidades de transformação da natureza em prol da garantia das necessidades de subsistência (MARX, 2004).

Dito isso, é preciso reafirmar que existem outros processos que são atividades inerentes e específicas do ser humano: o trabalho, no sentido de sua sobrevivência e, portanto, de sua subsistência; e a educação como forma de compreensão dos elementos que garantem a sua supremacia sobre os demais animais na Terra. Ao afirmarmos isto, nos remetemos, também, à compreensão de que, por ser o único animal que tem a capacidade de transformar a natureza em seu benefício, apenas o homem possui a capacidade de realizar trabalho ao tempo em que produz a si próprio, e, assim, o único que realiza a educação, ambos, claro, com o sentido e a finalidade que conhecemos. A partir do momento em que o homem interfere na natureza e começa a realizar ações que a transformam na busca de garantir suas necessidades de subsistência, ele passa a transformar a si próprio, no processo de constituição humana (MARX; ENGELS, 1974).

Neste sentido, precisamos compreender que esse agir sobre a natureza para manter as necessidades humanas de sobrevivência e de subsistência é aquilo que conhecemos como trabalho. No entanto, esse trabalho não se desenvolve sem um objetivo. O trabalho é realizado no momento em que o homem está se produzindo, está aprendendo a se humanizar e, conseqüentemente, realizando o processo educativo. Sendo assim, a criação do homem e o surgimento da educação são concomitantes, pois estes constituem um ao outro. A existência humana não foi garantida pela natureza, não é fruto de uma obra divina, mas produzida pelos próprios homens através do trabalho, e foi esse aprender a ser homem e o processo de formação desse homem que deu origem à educação (SAVIANI, 2007). Ainda segundo Saviani:

No ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a

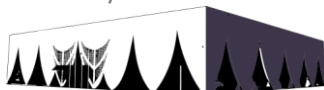


natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007, p. 154).

À medida que essa humanização foi ocorrendo, *pari passu*, o homem foi se apropriando de técnicas que, forçadamente, o colocou a frente de outras necessidades e, portanto, viu-se outras prementes em seu horizonte. Com a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a divisão da sociedade em classes, os homens foram se dividindo entre aqueles que eram detentores dos meios de produção, e os que serviriam como mão de obra nesse processo.

Desde essa época há uma divisão na educação, o dualismo como é notoriamente conhecido, que teve início desde tempos remotos e perdura ao longo da história, perpassando até os dias de hoje. A partir do escravismo antigo passamos a ter modalidades distintas de educação: uma para a classe proprietária, ou seja, uma elite política e econômica, que detém os meios de produção e que determina de maneira impositiva suas vontades e desejos (e necessidades) a uma classe dominada, subalterna, e, hoje e ontem, assalariada de alguma forma que, por isso, não interfere nas bases da sociedade de maneira a subverter a ordem; que seria a educação dos “homens livres”, centrada nas atividades intelectuais, na arte das palavras e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar e outra para a educação dos escravos e serviçais, assimilada ao próprio processo de trabalho:

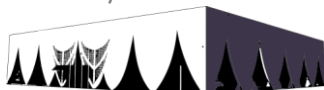
Com a constituição da sociedade capitalista e o advento da indústria moderna ocorre a universalização da escola primária que promoveu a socialização dos indivíduos, se enquadrando às necessidades de convivência da sociedade moderna. Assim, além do processo de mecanização das operações manuais, surge a necessidade de realização de atividades complementares que exigiam qualificações específicas, voltadas para os cursos profissionalizantes. Neste momento a base comum da escola primária dividiu-se entre escolas de formação geral e escolas profissionais; mantendo mais uma vez a divisão entre as modalidades de escolas; àquela das profissões manuais para a execução de tarefas delimitadas, dispensando os fundamentos teóricos e aquela destinada a preparar as elites e representantes da classe dirigente (SAVIANI, 2007, p. 157).



Trazendo essa discussão para a realidade brasileira, observamos que, ao longo do tempo, vem ocorrendo o agravamento e aprofundamento da dualidade da escola pública, e esse dualismo serve como um mecanismo de reprodução e manutenção das desigualdades sociais com fortes vínculos com as políticas neoliberais e os acordos traçados a nível internacional. Esse cenário se torna mais grave quando consideramos a situação daqueles que vivem à margem da sociedade que, apesar de serem cobertos por uma série de legislações que lhes garantem os direitos constitucionais, na prática são negados ou ofertados de forma a mascarar essas necessidades pelas péssimas condições em que são oferecidos.

Ao longo da história diversas foram as mudanças provocadas em relação a estrutura e forma de se gerir o sistema educacional brasileiro; no entanto, todas essas mudanças sejam elas feitas através de decretos, por mudanças constitucionais ou através das tantas reformas educacionais, todas elas mantinham a situação da dualidade do ensino e fazia com que a classe trabalhadora não tivesse direito às mesmas oportunidades concedidas a classes dos abastados.

No Brasil, o direito à educação é algo recente, principalmente o acesso daqueles mais pobres como os índios, negros, imigrantes e as mulheres, que só o fizeram nas últimas décadas do século XX. Sendo importante ressaltar que mesmo essa população, ao ter acesso a esse sistema educacional, seus resultados acabam não sendo positivos, pois o que se identifica são baixos índices de aprendizagem escolar dos alunos em condições de pobreza (IOSIF, 2007). Tudo isso comprova que as desigualdades sociais comprometem sobremaneira o desempenho acadêmico dos alunos que estão em situação de vulnerabilidade social.ⁱ O que se observa são situações de extrema injustiça social, fazendo com que uma grande quantidade de pessoas não tenha sequer o suficiente para a manutenção de suas necessidades básicas, como a alimentação, moradia, saúde, transporte, entre outras.

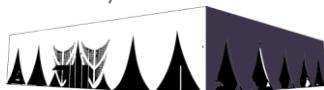


Uma imensa parcela da população é desprovida, dentre outras coisas, de educação de qualidade e, assim, corre o risco de reproduzir a situação de pobreza, pois mesmo aqueles que possuem acesso à rede pública de ensino, não possuem as garantias econômicas, políticas, sociais e culturais que possibilitem o acesso e a permanência na escola. Tudo isso é reflexo da ausência de políticas públicas e, mais ainda, da falta de interesse daqueles que, em tese, deveriam defender os direitos da população, mas ao que tudo indica, defendem os seus próprios interesses, e os interesses dos grandes conglomerados econômicos.

Dentre outras situações possíveis de serem verificadas a partir de tudo que foi dito acima, podemos citar como uma de suas causas um alto índice de evasão escolar no Brasil, que são expostos pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com esses dados, entre os adolescentes de 15 a 17 anos que estão no grupo dos 20% mais pobres, 11,8% abandonaram a escola sem concluir o ensino básico; enquanto que os 20% mais ricos dessa faixa etária, apenas 1,4% haviam abandonado os estudos nessas condições (IBGE, 2018).

Diante dessa conjuntura, observamos que são criados mecanismos que impedem a mudança na realidade social dos brasileiros. A educação, que seria uma das formas de auxiliar no caminho para mudança em todo esse processo, é ofertada com baixíssima qualidade e sem as condições objetivas de estrutura mínimas, e é, portanto, tida apenas como forma de se apreender o mínimo para a subsistência. Assim, impede que essas pessoas se formem para ter consciência, para saber se colocar diante dos desafios propostos imersos nas contradições do sistema capitalista, e principalmente não possibilita que essas tenham uma ascensão social.

Desta feita, o que resta aos pobres, então, é uma educação de péssima qualidade, que seguindo a ideia de educação inclusiva, reduz a educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo. Isso, em grande medida, ameaça a constituição do homem em seu estatuto de ser historicamente



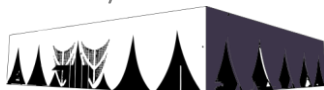
constituído em todas as suas dimensões e enquanto sujeito de sua própria história (CHARLOT, 2005).

3 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: A PERMANÊNCIA NA ESCOLA COMO POSSIBILIDADE CONCRETA AO LONGO DOS ANOS

Nesse cenário, surge a assistência estudantil como um conjunto de ações oferecidas aos estudantes com o objetivo de garantir a permanência e a conclusão do curso dos estudantes que dela necessite. Podemos afirmar que essas ações na área de assistência estudantil é algo que vem desde o início do século XX. As ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária. A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade (COSTA, 2010).

Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto nº 19.851/1931, são propostas medidas de beneficência aos discentes dos institutos universitários, incluídos bolsas de estudos para os reconhecidamente pobres. Posteriormente, essa lei foi incorporada à Constituição de 1934, no art. 157, garantindo aos necessitados materiais escolares, bolsas de estudo, assistência alimentar e dentária (COSTA, 2010).

Em 1940 a assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino, estando presente na Constituição de 1946, art.172, mediante o qual assegurar-se-ia aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (IMPERATORI, 2017). Outra regulamentação importante que teve destaque na época foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961,



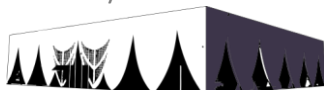
que apresentou um título específico para abordar a Assistência Social Escolar, em seus artigos 90 e 91:

Art.90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, em como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art.91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e a organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

Segundo Vasconcelos “entre as décadas de 50 e 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares” (VASCONCELOS, 2010, p. 603). Mas foi na década de 70 que o ensino superior teve uma grande expansão, passando de 300 mil matrículas em 1970, para um milhão e meio em 1980. Ainda na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura que implantou programas como Bolsas de Trabalho, através das quais os alunos eram encaminhados para oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, e bolsas de estudo, em que os alunos recebiam uma verba para sua manutenção, sem ter que dar contrapartida de trabalho.

Também eram ofertados programas de moradia, alimentação e assistência médico-odontológica (IMPERATORI, 2017). No fim dos anos 1980 o DAE foi extinto e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. Além disso, passou-se a ter a marca do clientelismo, que impedia a sua consolidação. Essa se transformou num campo de práticas paternalistas e clientelistas, traduzidas em ações de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis (BARBOSA, 2009). Após esse retrocesso, somente com a regulamentação da política de educação pela lei nº. 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é que são estabelecidos os diferentes níveis de educação e também aspectos relacionados aos discentes na educação:



Art.4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

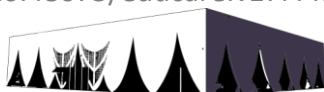
VIII – Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No que se refere a assistência estudantil na educação superior, esta foi legitimada através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil e posteriormente foi reafirmada através do Decreto nº 7.234, ganhando o caráter de Programa de Estado (BRASIL, 2007).

Neste momento a assistência estudantil configurou-se num conjunto de ações adotadas pelas Instituições de Ensino Superior, voltadas para garantir a permanência e a conclusão do curso da população estudantil que dela dependia. Ofereceu-se serviços nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010b).

Complementando o que foi proposto pela LDB/96, em 2010 é aprovado o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), um decreto que tem como finalidade: (a) ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; (b) democratizar as condições de permanência; minimizar os efeitos das desigualdades; (c) reduzir retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). No entanto, ao passo em que essa legislação se propõem a atender a todos que dela necessitam, a realidade é que seguindo as orientações do sistema capitalista de acumulação do capital, o que se observa na prática é uma política social de focalização, que mais uma vez exclui grande parte dos marginalizados e provoca disputas entre os estudantes na busca da legitimação e direito ao recebimento dos benefícios.

Nesse sentido, observamos que através das leituras realizadas sobre a assistência estudantil, identificamos que se trata de um importante mecanismo de garantia de acesso e permanência dos alunos nas redes regulares de ensino,



ou pelo menos se propõem a isso. No entanto, ainda há um grande caminho a ser percorrido a fim de dar a todos as mesmas condições de acesso e permanência, principalmente no que se refere ao direito à educação, pois as situações de vulnerabilidade são diversas, se agravam a cada dia, e os recursos são insuficientes para assegurar esse direito a todos.

4 A EDUCAÇÃO INTEGRAL OU OMNILATERAL: PRIMEIROS PASSOS PARA UMA MUDANÇA SOCIETAL

Ao visualizarmos a situação de desigualdade social por que passa uma grande parcela da sociedade brasileira, assim como de outras pessoas de diversas regiões de todo o mundo, passamos a indagar se há um caminho a ser seguido na busca da mudança dessas realidades e da superação do sistema capitalista, tão desigual e excludente. Nesse sentido, alguns autores indicam e partem do pressuposto de que na perspectiva de uma sociedade mais justa podemos caminhar e seguir a formação *omnilateral*, integral ou politécnica, com a defesa de processos formativos emancipatórios.

Na referida discussão não poderíamos deixar de trazer os elementos centrais das obras de Marx e Engels que tratam sobre o assunto. Segundo esses autores a formação integral, *omnilateral* ou politécnica seria formada pela educação intelectual, física e tecnológica, com a visão de que o homem necessitaria ter uma formação integral que o possibilitasse ter o domínio sobre o conteúdo do próprio trabalho, e que estes tivessem melhores condições para enfrentar as contradições entre o capital e o trabalho (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

A perspectiva de educação integral segundo os fundamentos marxistas extrapola os limites dados pela divisão de classes e do trabalho capitalista, entende que o homem deve reencontrar a relação entre a necessidade e a identidade humana, num processo em que ele se apropria de sua totalidade. Nesse processo, o conhecimento científico seria dinâmico e permeado pelo conjunto de valores sociais de cada época, apresentando diferentes perspectivas na luta pela



hegemonia social. Essa educação integral levaria o homem a compreender a totalidade do movimento histórico e das relações sociais e produtivas, numa dinâmica criadora da existência e dos significados sociais, o que levaria o homem a uma situação de superação da alienação numa situação de liberdade. Essa liberdade se daria pelo conhecimento que produziria as condições e os instrumentos que libertariam o homem da natureza, libertando-o do trabalho árduo, o que possibilitaria mais tempo livre para desenvolver todas as suas dimensões.

No entanto, essa não é uma realidade apresentada na sociedade capitalista em que o desenvolvimento da ciência gera um processo de mais exploração e alienação (LIZZI; FAVORETO, 2018). Outro ponto importante considerado por Marx e defendido por Gramsci é o reconhecimento do trabalho como princípio educativo fundamental. Segundo este, o trabalho seria o princípio educativo fundamental porque seria através dele que o ser humano produziria a si próprio, produzindo respostas às necessidades básicas, como ser natural, ao mesmo tempo em que responderia às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, artísticas, estéticas e afetivas.

Essa seria a base da Escola Unitária de Gramsci, pondo-se como uma alternativa à escola tradicional, uma escola desinteressada, essencialmente humanista. Com o objetivo de realizar uma reforma intelectual e moral, no sentido de elevar o grupo de subalternos a um nível superior de civilidade, para que esses pudessem conquistar a hegemonia, Gramsci apresenta o esboço da Escola Unitária. Nessa perspectiva, Gramsci propõe que os subalternos se tornem protagonistas de sua própria vida. A Escola Unitária seria uma escola comum, pois deveria ser comum a todos, com oportunidade de acesso para todos; única porque não seria hierarquizada de acordo com as classes sociais e desinteressada, pois oportunizaria ao educando a assimilação de todo o seu passado cultural, acumulado historicamente (NASCIMENTO; SBARDELOTTO, 2008).

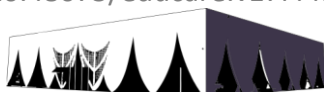


Assim, diante das proposições dadas, observamos que para que haja uma formação *omnilateral*, politécnica ou integral, segundo a obra de Marx e Engels, como na Escola Unitária de Gramsci, com a finalidade da emancipação humana, é necessário quebrar com a barreira e a necessidade de formar os adolescentes, sem uma maturidade intelectual para uma determinada profissão, o que potencializa a unilateralidade.

Entretanto:

Como podemos proteger o direito dos adolescentes a um tempo justo de indefinição profissional ativa e heurística, quando, de um lado, a minoria de jovens da classe dirigente usufrui de inúmeros anos de formação e indecisão profissional, enquanto, de outro lado, a imensa maioria para sobreviver é forçada a uma indefinição profissional precoce? A resposta a essa problemática passa pela luta política que visa tornar a sociedade mais justa e igualitária e ao mesmo tempo, pela defesa de concepções e práticas pedagógicas que fortaleçam o ensino médio unitário e não profissionalizante e para todos (NOSELLA, 2011, p. 1062).

Nesse sentido, visualizamos que tanto a escola politécnica, como a escola unitária se referem a uma possibilidade futura a ser materializada em uma sociedade na qual a classe trabalhadora seja parte ativa do poder político e que seja capaz de contribuir para elaboração de políticas públicas, mesmo que o poder econômico tenha ainda grande influência nas decisões políticas. Grosso modo, busca-se garantir uma sociedade que, para além do capital político e econômico, seja capaz de reconhecer e cuidar dos excluídos de hoje. Ao discutirmos isso, buscamos de alguma forma alcançar, no sentido mais utópico possível, iniciativas de mudança nos processos de ensino que direcionem para o caminho dessa educação integral, mesmo que isso seja visto como germe de uma educação do futuro que nos leve a revolução e a mudança societal.



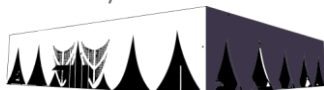
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos posicionamos acerca do sistema capitalista de produção, buscamos nessas reflexões identificar, por meio de nossos estudos, que vivemos em uma sociedade totalmente desigual e injusta. Nela há uma minoria que é detentora da riqueza, e outra que é a imensa maioria da população que vive na miséria. A esses não é garantido sequer as necessidades mínimas para uma sobrevivência digna.

A nova base tecnológica e organizacional denominada de capitalismo flexível, não só dispensam milhares de trabalhadores na produção direta, aumentando o desemprego estrutural e precarizando o trabalho/emprego no mundo inteiro, como exacerba a exploração combinando a mais valia absoluta e relativa para os que estão empregados. Por outro lado, as taxas de crescimento, especialmente dos países do capitalismo central, se dão à custa de degradação da natureza e, portanto, das bases da vida (HARVEY, 1998).

O que se vê é um sistema que agrega uma produção destrutiva, que inicialmente consiste na dinâmica da competitividade intercapitalista de introduzir incessantemente os avanços científicos e tecnológicos no processo produtivo, destruindo os velhos processos técnicos, antes mesmo de estes esgotarem sua utilidade social. Em seguida, esse sistema se caracteriza pelo caráter destrutivo. Para prosseguir e manter-se, o sistema capital funda-se cada vez mais num metabolismo do desperdício, da obsolescência planejada, na produção de armas, no desenvolvimento do complexo militar, na destruição do meio ambiente, na produção do trabalho supérfluo, na produção do desemprego em massa. Além de implantar políticas de ajustes que abole quase todos os direitos dos trabalhadores conquistados ao longo do século XX (MESZAROS, 2020).

Ademais, percebemos que nesse momento o homem se distanciou sobremaneira da forma de vida que teve em sua origem, onde todos tinham as mesmas condições e era somente a natureza aquilo em que buscavam para

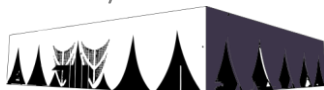


garantir sua subsistência. O que se tem hoje é uma parcela muito pequena e insignificante de pessoas que detêm o poder político e econômico, e que ditam as normas à sociedade, e aqueles que os servem em um grande sistema de desigualdades. Desigualdades essas que se expressam nas diferenças de moradia, nas diferenças de transporte, nas diferenças mínimas como a de ter acesso a uma alimentação de qualidade ou às vezes o insuficiente para a manutenção da saúde e da vida de muitos.

Esse sistema de desigualdade é refletido no sistema educacional dualista em que a escola se divide entre aquela destinada aos abastados, e que teriam uma formação que os levariam a ser os futuros dirigentes da nação, assim como os profissionais autônomos; e a escola para a classe trabalhadora, aquela que repassaria apenas ensinamentos práticos e poucos ensinamentos teóricos para o exercício de ofícios específicos e que responderia às necessidades imediatas do mercado.

Esse sistema educacional estaria voltado a formar essa classe de trabalhadores de forma aligeirada e sem muitos custos. Entretanto, mesmo com essa dualidade presente no sistema educacional, se observa que uma grande parcela da população não tem o direito ao acesso à educação, mesmo que seja essa de má qualidade. Antes de ter garantido o direito à educação, essas pessoas tem que garantir o suprimento de necessidades básicas de sobrevivência delas e de suas famílias, o que resulta em um quadro de alto índice de evasão escolar no Brasil e em outros países que possuem os mesmos problemas de desigualdade social.

Diante desse cenário, e sendo fruto de muita luta dos movimentos sociais e estudantis, surge a Política de Assistência Estudantil como um mecanismo criado como forma de garantir o acesso e a permanência dos alunos no interior das redes públicas de ensino. No entanto, por ser uma política gestada de acordo com os preceitos do neoliberalismo, e dos ditames dos grandes organismos internacionais, e ao ser focalista, termina por marginalizar ainda mais um grupo



de alunos que são destituídos do direito à educação, que tem que brigar entre si na busca do recebimento de seus benefícios.

Os processos de seleção desses benefícios fazem com que este público crie uma expectativa de ser contemplado no processo de recebimento destes; mas ao final o que se tem é uma pequena minoria miserável que é contemplada e outros tantos que mesmo estando em situação de vulnerabilidade social ficam na lista de espera. Uma espera que não acontece, porque o recurso já foi totalmente empenhado com os que foram beneficiados.

Dessa maneira, a realidade brasileira reproduz a cada dia as mesmas situações de desigualdade, exclusão, violação de direitos e marginalização, uma vez que o sistema capitalista se propõe a essa reprodução e foi pensado com essa finalidade. A única opção que nos resta na busca de uma sociedade melhor é a proposição de uma educação integral e *omnilateral* que forme pessoas inteiras, que forme homens com todas as suas potencialidades, sejam elas científicas, técnicas, artísticas ou filosóficas; que tenham as condições de se posicionar diante das contradições advindas com as mudanças do sistema capitalista e do mundo do trabalho. Que tenham a compreensão da necessidade da superação do sistema capitalista, pela sua inviabilidade, por estar centrado na competição, no desperdício, no consumo exacerbado e nos deferentes tipos de violência.

No entanto esse tipo de educação não tem a possibilidade de acontecer na estrutura do sistema capitalista vigente, da forma com que a sociedade capitalista foi pensada e se apresenta. Não será possível se realizar a mudança na sociedade, possibilitando a tomada de poder pela classe trabalhadora sem que esta classe trabalhadora se torne o sujeito histórico ou o portador material da revolução, o que dará a oportunidade de se ofertar a todos uma educação de qualidade que forme o ser na sua totalidade, ainda assim deveremos plantar os germes para que essa educação floresça e promova a mudança social.

Através da educação politécnica, integral ou *omnilateral* buscaremos uma sociedade que tenha um desenvolvimento sustentável, que se proponha a uma



formação científica, técnica e política cujo conteúdo e método se expressem em direção antagônica à perspectiva de subordinação unidimensional as relações sociais e educativas do capitalismo. No entanto, esse germe tem sim a possibilidade de brotar e dar frutos, tendo em vista que segundo Marx, são os seres humanos que produzem a realidade e que, portanto, são eles que podem mudá-la. Num momento em que poderemos dizer que houve uma elevação moral e intelectual das massas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. de A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, dez. 2007b. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

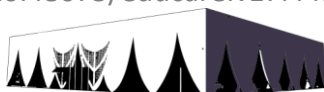
BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LIZZI, M. S. S. da S.; FAVORETO, A. Concepção de educação integral: fundamentos e (res)significações na política educacional para o Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 129-146, 2018.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.



IFPI. Conselho Superior. **Resolução nº 14, de 8 de abril de 2014**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina, 8 abr. 2014.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, mai./ago. 2017.

IOSIF, R. M. G. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada: implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **La ideologia alemana**. Montevideo: Pueblos Unidos/Barcelona: Grijalbo, 1974.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e Formação Integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out./dez. 2015.

NASCIMENTO, M. I. M.; SBARDELOTTO, D. K. A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 30, p. 275-291, jun. 2008.

NOSELLA, P. Ensino Médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação&Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, out./dez. 2011.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

Recebido em: 07-04-2020

Aceito em: 17-10-2022

¹ Entende-se por Vulnerabilidade Social um conjunto de incertezas, inseguranças, e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e o acesso e atendimento às necessidades básicas de bem estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo (IFPI, 2014).

